

Desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência: leituras críticas entre Gunnar Myrdal e Ruy Mauro Marini.

*Elisabeth Zorgetz Loureiro,
Ronisson Lucas Calmon da Conceição y
Andréa da Silva Gomes*

Resumen.

Este artigo aborda as principais interpretações e formulações do economista sueco Gunnar Myrdal e do sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini a respeito do subdesenvolvimento e da teoria marxista da dependência, respectivamente, e suas contribuições sobre a relação Centro-Periferia. Nesse debate, destacamos os conceitos de Causação-Circular e Intercâmbio Desigual, entre outros que compõe o quadro teórico exposto no desenvolvimento do trabalho. Entendendo suas contribuições como alternativas ao eixo teórico hegemônico para as ciências sociais e econômicas, ao seu próprio tempo e lugar, buscamos delinear os aspectos em que as abordagens desses autores convergem e divergem entre si. Dentre os pontos convergentes entre os dois teóricos, citam-se a dinâmica espacial do desenvolvimento desigual como referência de análise, à rejeição aos pressupostos da teoria neoclássica com a tendência de estabilização automática do sistema socioeconômico. Entretanto, Myrdal respalda sua análise a uma abordagem sistêmica, com plano de desenvolvimento integrado, com ênfase de raízes institucionalista para responder aos desafios para as regiões subdesenvolvidas. Marini, por sua vez, enfatiza a exploração da força de trabalho nos países subdesenvolvidos e o processo revolucionário como única via para superar o subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento desigual. Teoria Marxista da Dependência. Causação Circular e Acumulativa. Centro-Periferia. Subdesenvolvimento. América Latina

Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus-Bahia, Brasil.

E-mail: elisabethzorgetz@live.com
ronissonlcdc@gmail.com
asgomes@uesc.br

Recibido: 26-04-2019 / Aceptado: 02-09-2019

Development, underdevelopment and dependence: critical readings between Gunnar Myrdal and Ruy Mauro Marini.

Abstract

This article deals with the main interpretations and formulations of the Swedish economist Gunnar Myrdal and the Brazilian sociologist Ruy Mauro Marini on underdevelopment and the Marxist theory of dependence, respectively, on underdevelopment and the Marxist theory of dependence, respectively, on underdevelopment and the Marxist theory of dependence, respectively, and their contributions on the Centre-Periphery relation inscribed in the critique of the orthodox perspective of world economy. In this debate, we highlight the concepts of Circular Causalism and Unequal Interchange, as well as other concepts of the theoretical framework exposed in the development of the work. Understanding their contributions as alternative to the hegemonic theoretical axis for the social and economic sciences, in their own time and place, we seek to delineate the aspects in which the approaches of these authors converge and diverge among themselves. Among the converging points between the two theorists, the spatial dynamics of unequal development are cited as a reference for analysis, the rejection of the assumptions of neoclassical theory with the tendency of automatic stabilization of the socioeconomic system. However, Myrdal supports his analysis with a systemic approach, with an integrated development plan, with an emphasis on institutionalist roots to respond to the challenges for underdeveloped regions. Marini, in turn, emphasizes the exploitation of the labor force in underdeveloped countries and the revolutionary process as the only way to overcome underdevelopment.

Keywords: Unequal development. Marxist Theory of Dependence. Circular cumulative causation. Centre-Periphery. Underdevelopment. Latin America

Introdução

Com o arrefecimento da última grande Guerra Mundial a partir de 1945, as teorias do desenvolvimento regional são postas em evidência a partir da necessidade de reestruturação dos países e reconfiguração territorial em todos os continentes. Partindo de uma influência significativa das ciências econômica e política em seu núcleo, buscava-se discutir e dar celeridade ao processo de desenvolvimento econômico das regiões destruídas ou impactadas em algum grau como consequência de décadas extremamente belicosas.

Uma das questões centrais residia em ressaltar as diferenças entre as regiões e como elas impactariam o desenvolvimento socioeconômico. Assim, emergiram diversas abordagens teóricas que buscaram compreender a natureza do desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões. Neste sentido, as teorias econômicas construíram uma base importante para as teorias do desenvolvimento regional, geralmente preocupadas com o papel dos governos, suas intervenções e os efeitos dessas intervenções na economia, com o objetivo de corrigir as eventuais falhas de mercado e promover o desenvolvimento em países ou regiões.

Algumas teorias do desenvolvimento se inspiraram no aporte keynesiano, que apresentou críticas ao pensamento econômico clássico e realçou a não-passividade da demanda agregada na determinação do produto, no curto prazo, bem como o papel ativo da política econômica. A teoria keynesiana atuou como padrão de modelo econômico na década de 1950, quando as intervenções dos governos nas economias dos países centrais se tornaram mais expressivas. Um dos principais postulados de Keynes explicava que a depressão era causada pelo desequilíbrio entre poupança e investimentos, e quanto maior esse desequilíbrio, mais desequilibrado seria o mercado. Os governos, para Keynes, teriam a função de tentar equilibrar os dois, ou seja, investindo para compensar a poupança insuficiente (KEYNES, 1985 [1936]).

Apesar da teoria keynesiana não construir uma teoria regional ou mesmo se debruçar de forma objetiva sobre o problema do desenvolvimento regional, suas formulações se tornaram medulares para muitos conceitos nesta abordagem. Por exemplo, o conceito de efeito multiplicador (ou multiplicador keynesiano) foi essencial para muitas gerações de modelos econômicos de cunho regional, representando a possibilidade de aplicar a perspectiva keynesiana em escalas subnacionais. Em paralelo, a teoria econômica neoclássica desenvolvia-se sistematicamente a partir das contribuições de Solow (1956), que buscou demonstrar, dentre outras questões, as razões explicativas das diferenças de renda per capita entre os países, a partir da construção de um modelo de crescimento. Apesar do proposital distanciamento e simplificação da realidade, o arcabouço teórico de Solow influenciou em diversas outras elaborações de modelos macroeconômicos, que buscaram relaxar as hipóteses do modelo neoclássico e promover maior aderência à realidade econômica (BÉNASSY, 2011).

No campo do pensamento econômico heterodoxo, o sueco Gunnar Myrdal, foi também identificado numa tradição da economia estruturalista enquanto campo teórico que priorizava cada sistema estudado como um conjunto organizado de elementos em interação ou a própria organicidade do sistema econômico. Myrdal rejeitou a suposição da tendência de estabilização automática do sistema socioeconômico e sustentou que uma alteração não provoca reação oposta, mas outras mudanças que enfatizam a primeira (MYRDAL, 1960). Myrdal desenvolveu sua argumentação indicando que as forças de mercado levam ao aprofundamento das diferenças entre regiões, aprofundando também as desigualdades internas e níveis de pobreza. Este autor também identificou o comércio internacional como o principal mecanismo responsável para que as forças de mercado aprofundem as desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Sua crítica às teorias econômicas desenvolvidas na metade do século vinte foi rigorosa a ponto de declarar que “jamais foram elaboradas para servir ao propósito de explicar a realidade do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico” (MYRDAL, 1960, on underdevelopment and the Marxist theory of dependence, respectively, 23).

À mesma época que Myrdal expunha suas interpretações e prescrições sobre os países subdesenvolvidos, outra vertente teórica também se interessava pelo problema do desequilíbrio no desenvolvimento regional, imersa no contexto pós-colonial que debatia a relação histórico-teórica entre o colonialismo e o desenvolvimento capitalista como um todo. Por volta do início da década de 1950, a discussão em torno das dificuldades que o colonialismo impunha ao desenvolvimento dos países considerados atrasados foi radicalmente transformada, posto que se evidenciou um conjunto distinto de problemas e entraves, particularmente de natureza política, que colocavam obstáculos muitas vezes intransponíveis ao processo de industrialização pós-colonial. Em 1957, através de sua obra *The Political Economy of Growth*, o economista russo-americano Paul Baran argumentou que nenhum país do Terceiro Mundo poderia esperar sair de um estado de dependência econômica e avançar para uma equivalência com as principais potências industriais capitalistas.

As primeiras análises da dependência se concentraram no estudo da dinâmica das sociedades latino-americanas através das formas concretas de articulação entre elementos externos, determinantes mais gerais do sistema capitalista, e elementos internos, determinantes particulares de cada sociedade. Seus desdobramentos compartilham elementos de análise com a teoria do imperialismo, enquanto campo de influência do pensamento marxista em relação ao desenvolvimento do capitalismo fora dos espaços industriais e centrais do sistema.

Os conflitos de ideias sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina, sobretudo o processo de industrialização, se transformariam na tônica da discussão através da interação dos grupos que debatiam o problema até a década de 1960. Os mais emblemáticos estudos dos dependentistas, por sua vez, se concentraram na impossibilidade de desenvolvimento ao modelo dos países centrais nestas regiões. Pontuavam a percepção de um desenvolvimento do subdesenvolvimento, sobre os obstáculos que confrontam o desenvolvimento capitalista nesses países ou ainda sobre a possibilidade de desenvolvimento capitalista latinoamericano, com ênfase nas formas subservientes adotadas em relação ao capitalismo central. Gunder Frank e o Centro de Estudos Sociais da Universidade do Chile (CESO) se esforçaram para formular uma teoria do subdesenvolvimento latinoamericano em que o caráter dependente estrutural dessas economias fosse o principal eixo de análise de suas dificuldades e limitações.

Três brasileiros, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini são situados como estudiosos fundamentais para a linha marxista e revolucionária da dependência. Marini contribuiu com o CESO e suas publicações mais proeminentes foram *Subdesarrollo e revolución* (1969) e *a Dialéctica de la dependência* (1973), que trazem as categorias de “superexploração” e “subimperialismo”, fundamentais para dar continuidade à teoria clássica do imperialismo, a qual faltavam elementos históricos e conceituais suficientes para compreender o funcionamento desta fase do capitalismo na periferia do mundo.

Neste artigo, realizamos um breve balanço teórico, através das contribuições de Gunnar Myrdal e Ruy Mauro Marini, em suas aproximações e contrastes, que oferecem subsídios conceituais às teorias do subdesenvolvimento e teoria marxista da dependência, respectivamente. Desta forma, então, revisitando as críticas estruturais sobre as relações entre centro e periferia, desenvolvimento desigual e dependência. Com os dois pensadores, Myrdal e Marini, compreendidos como tributários aos problemas de seu próprio lugar e tempo, buscamos confrontar as bases teóricas, métodos, formulações e prescrições de ambos a respeito dos problemas de desenvolvimento regional, para examinar seus pontos de convergência e dissonância.

Na primeira parte é realizada uma breve exposição acerca da teoria do subdesenvolvimento, traçada pelas críticas macroeconômicas estruturalistas e neomarxistas à teoria marginalista, seguida da apresentação e discussão da perspectiva de desenvolvimento regional e desigual de Gunnar Myrdal. Na segunda parte, é apresentado o pensamento dependentista a partir da Teoria Marxista da Dependência como complementar às teorias do imperialismo e como crítica às elaborações desenvolvimentistas na América Latina. Na sequência, apresentam-se as contribuições teóricas de Ruy Mauro Marini quanto à compreensão do subdesenvolvimento. As seções seguintes expõem um quadro comparativo entre os dois pensadores, a partir de determinadas categorias teóricas, e o papel do Estado diante da problemática do desenvolvimento desigual. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

O subdesenvolvimento e a visibilidade da relação centro-periferia

No despontar do século XIX a economia clássica teve como uma de suas mais populares abstrações o conceito das vantagens comparativas de David Ricardo. Sua hipótese era que cada região ou nação seria especializada na produção e exportação dos produtos menos custosos de se produzir e, portanto, os países em desenvolvimento poderiam negociar com os países desenvolvidos, com vantagens relativamente equilibradas, beneficiando ambos os lados. Ricardo sustentou que o comércio internacional não provoca efeitos negativos nas economias dos países em desenvolvimento, nem tampouco traz vantagens especiais para os países desenvolvidos (RICARDO, 1982 [1817]). Esse pressuposto consiste na oposição radical do conceito de troca desigual, que será desenvolvido pelos cepalinos e dependentistas muitas décadas mais tarde. De todo modo, a teoria econômica se hegemonizou em sua vertente marginalista ou neoclássica, mantendo alguns princípios da economia política dos clássicos liberais e se desenvolvendo em outras instrumentalizações e formulações.

á no século XX, as duas grandes Guerras Mundiais, o profundo choque da crise do capitalismo mundial a partir dos Estados Unidos na década de 1930, o fim dos maiores impérios coloniais, a extensão do nacionalismo nos países em geral e o aprofundamento das críticas preliminares sobre as relações desiguais no campo internacional provocaram mudanças significativas para o pensamento econômico. A abordagem macroeconômica de equilíbrio aquém do nível de pleno emprego, o princípio da demanda efetiva, a distribuição de renda e a ênfase no investimento como efeito multiplicador foram propostos por Keynes como interpretações que conjugavam o econômico e o social de forma mais atrelada à realidade.

O aumento da competitividade geral das mercadorias era um objetivo a ser alcançado, e para tanto, as políticas econômicas de potências hegemônicas, principalmente os EUA, se estendiam à robustas intervenções nos países subdesenvolvidos, principalmente em busca de matérias-primas abundantes e de baixo custo. A ação efetiva do Estado nas mitigações do capitalismo e incentivos ao crescimento eram elementares a este modelo de desenvolvimento, dadas pela crença de que variáveis políticas e institucionais afetavam as taxas de crescimento diretamente (GALBRAITH, 1991). A atuação de políticas fiscais, monetárias e cambiais, tal como a regularização de flutuações econômicas e de crédito, num sentido geral, tinham seu lugar especial no keynesianismo, cujas movimentações e prosperidade provocadas por ele próprio definiram os traços de sua decadência.

Embora contemporâneos, foi o modelo de desenvolvimento de Schumpeter que se relacionou de forma mais coesa com a crise do fordismo e keynesianismo, cujo declínio faz emergir uma fase de acumulação flexível para o capitalismo. As inovações fomentam um processo de filtragem em benefício de atividades mais lucrativas, descrita como destruição criadora, um tipo de seleção natural no modelo evolucionário schumpeteriano. Instituições arcaicas e ineficientes provocam subdesenvolvimento, embora se faça uma ressalva ao modelo, entendida como “desenvolvimento derivado”, que se refere às características próprias de sua dinâmica em regiões que fogem ao tipo ideal, para as quais o Estado e os agentes locais seriam fundamentais na promoção do desenvolvimento (SOUZA, 1993).

Por outro lado, a diferença entre crescimento de curto e longo prazo foi essencial para a compreensão de desenvolvimento regional derivada da orientação neoclássica. Se em curto prazo, tendências naturais agem para equilibrar as diferenças entre as regiões por conta dos movimentos de trabalho e capitais, no longo prazo será dependente do crescimento do capital, das populações e do progresso tecnológico, sendo o último um fator exógeno num sistema neoclássico fechado. As distintas fases de progresso tecnológico seriam a principal base para a explicação das diferenças regionais no sistema global. O aperfeiçoamento deste modelo incluiu, através de Solow (1956), e testado pela instrumentalização matemática da ciência econômica da década de 1950 como um todo, a importância das tecnologias sobre a produtividade laboral.

Dentro das teorias do desenvolvimento, o modelo núcleo-periferia foi introduzido por John Friedmann, expondo os problemas reais do desenvolvimento regional no espaço geopolítico, enfatizando a importância de estruturas institucionais, abordagens comportamentais e utilizando os conceitos de domínio e subordinação. Friedmann propôs um conjunto de mecanismos cumulativos que aumentam o domínio econômico das regiões centrais sobre regiões periféricas, como parte de uma segunda etapa geral do desenvolvimento da economia espacial. Sua teoria foi inovadora, sustentando um pressuposto de que realmente existem vencedores e derrotados, limitando a possibilidade de cooperação mútua. Sua abordagem, no entanto, ao invés de romper com a perspectiva do equilíbrio, buscava uma teoria do desequilíbrio que reforçava a si mesmo (BROLIN, 2007).

À distinção do otimismo de Hirschman, que descartava a falta de capital nos países atrasados como problema – mas considerava a ineficiência ou incapacidade de investir capital, com a criação de ilhas de economia desenvolvida nesses países garantindo o crescimento econômico e provocando os mecanismos cumulativos – o conceito polarizado de Friedmann trazia o subdesenvolvimento num viés mais concreto (MOREIRA; CRESPO, 2012).

O subdesenvolvimento pode ser considerado um fenômeno de múltiplas causas, enraizado na história, mas também no espaço sociológico e institucional dos países, consistindo no ambiente econômico para a maior parte das populações humanas. A via do mercado internacional é intrincada para os países subdesenvolvidos devido ao legado colonial que confere elementos de persistências nestas economias e instituições que as compõe. Os investimentos estrangeiros não oferecem muito capital para esses países, em parte por conta do conhecimento sobre as práticas das transnacionais, que não reinvestirão lucros no espaço em que atuam, tornando esse auxílio o último recurso para transferência de fundos e tecnologia.

A promoção de um verdadeiro impulso ao desenvolvimento careceria de um volume significativo de investimento estatal e, com ele, um forte setor público de serviços e indústria na-

cionalizados. Os lucros deste setor público têm condições de ser uma fonte de financiamento importante para investimentos em outros setores produtivos. Nesse sentido, esse ímpeto, uma vez materializado, teria condições de ser sustentado e paralelamente, o setor privado estaria relativamente disponível para contribuir com sua participação no processo de uma formação econômica moderna. Para Figueiredo e Costa (2009), era uma premissa da teoria do subdesenvolvimento que os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento contribuísem ao esvaziamento de antigas estruturas responsáveis pelo atraso.

A economia ortodoxa compreende que os investimentos sociais direcionados em políticas específicas para oferecer assistência e redistribuição de renda podem não colaborar para manter o progresso se não houver recuperação do crescimento econômico. Isso exige algum incremento da produtividade agrícola e transferência dessas rendas para outros projetos produtivos que promovam acumulação de capital industrial. Quando isto ocorre nos países subdesenvolvidos, geralmente se dá através de financiamentos de várias origens através do mercado internacional, investimentos estrangeiros, ou por auxílio na forma de doação entre países ou organismos internacionais (FIGUEIREDO; COSTA, 2009).

Uma alternativa aos modelos hegemônicos de crescimento e desenvolvimento foi a escola estruturalista latino-americana, através da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948 no Chile, preocupada essencialmente com a relação centro-periferia no desenvolvimento do capitalismo. As estratégias para o desenvolvimento da América Latina consistiam num complexo de reformas e atenção especial à compressão do consumo supérfluo, incentivo ao ingresso de capitais externos, realização de reformas agrárias e maior participação do Estado na captação de recursos, como na implementação de infraestrutura. Constatou-se, nos estudos da CEPAL, a deterioração dos termos de troca entre os produtos primários e os industrializados, cuja solução ainda apontava para a diversificação e industrialização dos países subdesenvolvidos.

O núcleo da análise da CEPAL foi a crítica da teoria convencional do comércio internacional, cujo objetivo era atestar como a divisão internacional do trabalho era muito mais positiva para o centro do que para a periferia. Isso poderia acontecer porque se mantinham relações de troca desfavoráveis entre produtos primários (periferia) e industriais (centros), ou seja, os benefícios eram desigualmente distribuídos, levando a um declínio a longo do tempo sobre os termos de troca para os países subdesenvolvidos e pelo produto das externalidades, associadas ao próprio desenvolvimento industrial. Por isso, o objetivo da industrialização, integração e fortalecimento do papel do Estado com políticas específicas de intervenção eram basilares aos cepalinos da metade do século XX.

Raúl Prebisch, importante teórico do desenvolvimento e burocrata da CEPAL, estava, como Myrdal, diretamente envolvido na projeção estratégica da política econômica da sua própria região. Ambos também eram membros destacados de organizações internacionais de planejamento e integração regional, respectivamente, a CEPAL e a Comissão Econômica para a Europa (ECE) (PUNTIGLIANO; APPELQVIST, 2011). Myrdal criticou as limitações da estratégia de industrialização da CEPAL, embora prescrevesse a irremediável necessidade de que os países subdesenvolvidos se industrializassem, tal como a defesa de sua autonomia sobre as políticas comerciais. No campo estrutural, também defendia reformas radicais nas configurações fundiárias internas aos países, ainda que admitindo suas dificuldades de implementação. Sua recomendação mais ousada aos países subdesenvolvidos era um tanto semelhante a um dos

objetivos centrais do desenvolvimentismo latino-americano: a integração regional.

O conceito da causalidade circular foi baseado em sua experiência na Comissão Econômica para a Europa, na qual percebeu como na Europa Ocidental as disparidades de renda entre uma região e outra eram muito mais amplas nos países mais pobres que nos mais ricos. Ou também, ainda que as desigualdades regionais houvessem diminuído nesses países mais ricos, nos mais pobres se dava o oposto (MYRDAL, 1960). A dinâmica espacial do desenvolvimento desigual também chamou a atenção para as investigações da Teoria Marxista da Dependência, cujo marco histórico foi a emergência da crítica à CEPAL e aos modelos de equilíbrio de mercado a partir da década de 1960.

Myrdal: Causação Circular e desigualdades internacionais

Para Myrdal (1960), os problemas econômicos deveriam ser analisados em seus contextos populacionais, sociais e políticos. Ainda que essa recomendação sirva para qualquer região, será particularmente necessária quando se trata de países subdesenvolvidos. A tese central de Myrdal busca defender que política, ideologias, história, teoria, estruturas econômicas, estratificação social, agricultura, indústria, demografia, saúde e educação não podem ser encarados isoladamente, mas em suas interações e relações reais. Myrdal também entendeu que uma abordagem institucional suficientemente ampla inclui os valores axiomáticos e premissas do cientista social ou economista, condicionadas, impreterivelmente, por sua relação com seu meio cultural e social de contato e procedência.

A análise de Myrdal (1960) sobre desenvolvimento socioeconômico global se inicia com três constatações: 1) existe um pequeno grupo de países ricos e muitos países extremamente pobres; 2) os países ricos continuam a crescer enquanto os estados pobres estagnam; 3) Do ponto de vista global, as diferenças entre ricos e pobres estariam aumentando e também existem disparidades de desenvolvimento dentro dos próprios países.

Para o autor, os países desenvolvidos apresentariam níveis de renda per capita elevados e o ritmo do crescimento seria mais dinâmico e contínuo, estimulado por mecanismos internos que se reforçam mutuamente. Por outro lado, nos países subdesenvolvidos a acumulação de capital e o progresso econômico se processam de forma descontínua e com maior lentidão, além do que, o elevado crescimento demográfico destes países tenderia a reduzir a taxa de acumulação de capital e produto per capita. Os exemplos mencionados pelo autor são muitos países na África, América Latina e Ásia.

Myrdal também notou como nos países desenvolvidos, os efeitos positivos nas regiões menos desenvolvidas são mais significativos do que nos países em desenvolvimento devido aos sistemas políticos, estruturas institucionais estáveis e um esforço consciente do Estado para diminuir as desigualdades sociais. A caracterização desta dinâmica ilustra que o sistema não se baseia na tendência de equilíbrio natural (MYRDAL, 1960).

Tais elementos são analisados por Myrdal através de uma narrativa, sem a exposição de um modelo econômico formal, mas de uma cadeia sucessiva de relatos e argumentações, alicerçadas no princípio da causalidade circular e acumulativa. Sua teoria da causalidade circular sustenta que os efeitos de mecanismos cumulativos isolados estão relacionados e levam a uma espiral de fenômenos, à saída de fontes de crescimento das regiões subdesenvolvidas para as mais

desenvolvidas, nas formas de: a) mobilidade de capitais; b) na drenagem ou saída de recursos financeiros da periferia para o centro através do sistema financeiro ou c) com a migração seletiva, por exemplo. Tais processos cumulativos que tendem à desigualdade regional operam, segundo Myrdal, através de diversas cadeias causais, que eram desconsideradas na análise teórica da dinâmica da economia de mercado (MYRDAL, 1960).

Neste contexto, ele diferencia a dinâmica da causação circular entre efeitos negativos, de polarização e drenagem, de regiões mais desenvolvidas a regiões subdesenvolvidas, e efeitos positivos, de propagação ou trickle-down, como crescimento da demanda em regiões mais desenvolvidas, recursos e produção agrícolas de regiões subdesenvolvidas ou expansão do progresso tecnológico (FUJITA, 2007).

Até a metade do século XX, havia pouca ênfase da literatura econômica ortodoxa sobre o estudo das dificuldades dos países subdesenvolvidos. Quando as transformações políticas conduziram a uma preocupação mais abrangente sobre o subdesenvolvimento, a economia moderna se posicionou, para Myrdal, com considerações que excluíram a pesquisa empírica e utilizou conceitos e elaborações que podem ter alguma validade para o ocidente desenvolvido, mas que apresentavam pouca ou nenhuma contribuição aos problemas concretos da porção subdesenvolvida do mundo.

Considerando que não existe ciência social desinteressada, Myrdal (1981) expõe suas próprias premissas que são lançadas em direções específicas na sugestão de quais movimentos poderiam operar a mudança social no subdesenvolvimento, refletindo como alcançar a modernização, maior produtividade, planejamento, equidade social e econômica, soberania nacional, democracia política e instituições mais progressistas, considerando-as como movimentos cumulativos, efeitos propulsores. Se opunha diretamente ao modelo neoclássico de equilíbrio da metade do século, afirmando que o comércio internacional atua provocando maiores desigualdades quando esses efeitos propulsores são de baixo potencial, como seria comum nos países subdesenvolvidos (MYRDAL, 1960).

Myrdal apresenta duas críticas principais quanto à inadequação da teoria econômica em analisar as desigualdades econômicas, partindo de suas relações causais. A ortodoxia econômica, a despeito da inegável sofisticação metodológica, baseada na construção de modelos interpretativos da realidade econômica, com profundo rigor lógico-matemático baseado em hipóteses simplificadoras, não desenvolveu uma teoria que buscasse compreender as disparidades regionais. Myrdal o reafirma argumentando que a teoria econômica não se pautava em buscar compreender e extrair relações causais entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Especificamente, Myrdal negou a hipótese de equilíbrio estável nos sistemas sociais, para além do mundo neoclássico. Tal hipótese era insuficiente em captar as reais mudanças nos sistemas sociais, de forma que poderia haver forças e mecanismos que conduziriam tais sistemas para o nível de desequilíbrio. A segunda crítica é endereçada ao modelo de Heckscher-Ohlin, que Myrdal acusava de não conseguir explicar a crescente disparidade entre os países, tendo em vista a premissa básica que o fundamenta, a equalização dos preços dos fatores de produção.

Com efeito, Myrdal advoga que o princípio da causação circular e acumulativa refletiria de forma mais exequível as mudanças sociais. Para ilustrar tal asserção o autor supôs uma mudança primária adversa, decorrente de um motivo fortuito, a partir da migração de uma indústria de uma determinada localidade (ciclo vicioso). Neste caso, tal ruptura de dinamismo

regional apresentaria efeitos macroeconômicos adversos, como: aumento do desemprego, diminuição da renda e da demanda agregada. Em outra rodada, tais efeitos seriam decisivos para desestimular a atração de novos negócios e fomentar a saída dos empreendimentos localmente estabelecidos, além do que, a arrecadação nas cidades entraria em declínio. Isto é, há efeitos nefastos quanto ao movimento do capital e trabalho, que migrariam para regiões mais dinâmicas.

Myrdal pontua ainda efeitos sobre a base demográfica local que se modificaria em uma situação desfavorável, visto que a migração de camadas específicas da distribuição etária reduziria a renda per capita tributável. Há efeitos negativos também quanto à oferta dos serviços públicos. Por outro lado, Myrdal supôs também uma mudança primária positiva: a inserção de uma indústria em determinada localidade, que geraria uma cadeia de efeitos positivos, como atração de trabalho, capital externo, expansão do mercado e geração de emprego e renda.

Para compreender melhor o que ocorria na economia dos países subdesenvolvidos, Myrdal (1960) emprega o termo *backwash effect*, que indicava fatores que contribuíam no aumento das desigualdades, e seu oposto, *spread effect*, associado a fatores que promoviam a prosperidade de países ricos aos pobres, ou efeitos internos a estes. A partir destas categorias, ele argumenta que as forças de mercado operam no sentido da desigualdade, ou seja, há uma tendência intrínseca ao sistema capitalista em concentrar o crescimento econômico em torno de regiões dinâmicas. Assim, evoca-se a necessidade de intervenções estatais para contrabalancear os efeitos do desenvolvimento desigual, sobretudo, nos países em que os *spread effects* são pouco dinâmicos.

Myrdal (1960) também compreende o desenvolvimento como formação de capitais, mas argumenta que a abordagem moderna tende a negligenciar ou diminuir fatores que tornam o desenvolvimento penoso nos países subdesenvolvidos. Fiel à concepção de que as condições econômicas não têm precedência umas sobre as outras, Myrdal defende que o desenvolvimento não pode ser aguardado como um processo de progresso natural ou fase predestinada, mas planejado e acelerado por ações positivas institucionais, cuja natureza também faz parte de uma abstração, mas reclamante de maior concretude socioeconômica.

O principal mecanismo, portanto, para melhorar a região subdesenvolvida seria, segundo Myrdal, um plano de desenvolvimento integrado que permitisse a implementação de investimentos aproveitados por toda a sociedade, mas que atingissem economias externas de escala e iniciassem o crescimento nas regiões. Considerando o aumento populacional natural dos países subdesenvolvidos mais rápido que em outras regiões, ele advoga que os investimentos sejam ainda maiores para equilibrar o ritmo de desenvolvimento, diante de rendas muito baixas (MYRDAL, 1960).

Da Teoria do Imperialismo à crítica marxista latinoamericana

Historicamente, os principais mecanismos financeiros foram desenvolvidos ao longo da apropriação colonial na passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial. No volume I de *O Capital* de Marx (2013, [1867]), a respeito da acumulação primitiva, está narrada a trajetória da ascensão do sistema bancário moderno, das dívidas nacionais e dos processos de pilhagem colonial em todo o mundo, concluindo com a afirmação que o capital emerge no

mundo pingando da cabeça aos pés, de todos os poros, com sangue e sujeira.

Marx busca deixar claro como a formação de capital não é um objeto substancial, mas em si mesmo uma relação social. Apesar de muitas observações e ponderações sobre a questão internacional, os escritos marxianos não se debruçaram a tempo sobre o desenvolvimento do capitalismo nesse âmbito, deixando a tarefa aos marxistas do início do século XX, que desenvolveram a crítica sobre as relações do capitalismo no âmbito mundial e a formulação do conceito de imperialismo, como intensificação e sistematização das práticas de acumulação de capital em escala global. Em 1917, Lenin definirá que “o imperialismo, ou a dominação do capital financeiro, é o mais alto estágio do capitalismo, no qual a separação entre capital monetário e produtivo alcança proporções vastas” (LÊNIN, 2011 [1917], 59). Ele conclui que a hegemonia de capitais possibilitou a manifestação dos traços centrais ao imperialismo, o capitalismo monopolista e a próspera exportação de capital dos núcleos financeiros. Lenin (1984) deriva sua exposição das contribuições prévias de Hilferding e de Rosa Luxemburgo, esta que já havia demonstrado como as exportações de capital, especialmente na forma de empréstimos internacionais, eram a base da acumulação imperialista. Para Luxemburgo (1984), uma vez iniciado o ciclo de endividamento para obter lucros nos centros industriais, os empréstimos internacionais foram responsáveis pelo pauperismo das populações dos antigos redutos coloniais e pelo contínuo surto de crises financeiras nas áreas subdesenvolvidas do mundo.

Meio século mais tarde, partindo destas regiões, o pensamento dependentista latino-americano guiado por Gunder Frank (1971) retomou as críticas marxistas ao imperialismo a partir das primeiras teorias pós-coloniais de dependência, depois popularizadas na teoria dos sistemas mundiais de Wallerstein (2004), com outras nuances. De acordo com Bambirra, se entende por Teoria da Dependência “o conjunto de estudos desde os anos 60, sobre as relações de dependência na América Latina que resume análises empíricas e fundamentação teórico-crítica sistematizada” (2019 [1972], 4).

As teorias da dependência se expandiram na América Latina entre as década de 1960-70 como uma contestação à teoria da modernização e do desenvolvimento, que pressupunha etapas sucessivas pelas quais as nações passam rumo à uma economia industrial. Ao mesmo tempo, a ocorrência anterior da Revolução Cubana em 1959 e o terreno político em ebulição em vários pontos do continente provocaram uma forte crise sobre a ideário da revolução por etapas, sustentada pelos partidos comunistas latinoamericanos que apostavam na ascensão das burguesias nacionais. A crise provocada pela frustração dessas expectativas, para os comunistas e para os desenvolvimentistas cepalinos, fomentou a capacidade crítica das teorias da dependência.

Através de categorias que alcançaram forte capacidade de argumentação e interpretação para analisar a desigualdade global entre países, as teorias da dependência defendiam que a riqueza dos países centrais ao sistema capitalista internacional era produzida pelo subdesenvolvimento sistemático dos países na periferia ao mesmo sistema. O estudo do modelo de dependência, caracterizado pela constante reprodução do atraso e miséria, tem forte afinidade com os postulados da teoria imperialista dos marxistas e socialistas do início do século XX, assim como em relação às análises contemporâneas sobre o neocolonialismo, apontando as relações de poder assimétricas sobre os capitais que provocam e fortalecem a desigualdade global.

As contribuições de Gunder Frank foram particularmente importantes para divulgação de

alguns dos conceitos de dependência no mundo anglófono, mas também na América Latina, através da sua emblemática obra *El desarrollo del subdesarrollo* (1971, [1967]). A alteridade de Gunder Frank no círculo da dependência tradicional decorre, no entanto, do que ele desenvolve entre subdesenvolvimento e dependência buscando fundir a transferência de valor nas relações espaciais com a categoria marxista da apropriação da mais-valia através da relação de classes. As relações de exploração entre os capitalistas centrais e os produtores agrários das periferias era compreendida através de lógicas espaciais, orientação também rejeitada por marxistas ortodoxos, que consideraram o trabalho de Frank como neomarxista pela sua ênfase na relação centro-periferia, com alguma supressão da relação de classe imprescindível à teoria marxista.

O sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini contribuiu amplamente ao status teórico da dependência em seu exílio no Chile ao lado de Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra desde 1965, postulando que a nova dependência peculiar ao imperialismo global era assentada no subdesenvolvimento industrial produtivo e técnico dos países periféricos, fortemente através de mecanismos de controle financeiro por razão de dívidas externas e fundamentalmente na superexploração da força de trabalho.

Como espaço de desdobramento das primeiras investidas teóricas da dependência, a América Latina era especialmente representativa do modelo de desenvolvimento que se forjou a partir de um arranjo de inserção no mercado global como fornecedor de insumos primários, muito embora apresentasse suas especificidades internas. Essa forma de especialização produtiva no setor primário garantia as reservas internacionais necessárias para alguma política assistencial e inclusiva, permitindo que o Estado tivesse mais protagonismo nos cenários nacionais. Contudo, a reprodução *sui generis* do padrão desenvolvimentista nas sociedades dependentes acabou por provocar efeitos potenciais conectando a massificação do consumo e violência, modificando as estruturas de classe e expondo suas próprias contradições.

Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência

Para a Teoria Marxista da Dependência (TMD), desenvolvimento metodologicamente mais maduro das teorias da dependência, a ausência de uma classe trabalhadora satisfatoriamente formada nas economias subdesenvolvidas não consiste numa barreira a um processo revolucionário, uma vez que através do colonialismo estas sociedades foram engendradas em posição dependente, mas parte indispensável da economia mundial capitalista. Isso implica que estas nações tem a oportunidade de realizar uma revolução socialista de princípios marxistas sem o pré-requisito da industrialização e das revoluções burguesas (MARINI, 1973).

Numa estrutura definida pelas configurações da divisão internacional do trabalho, a dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, a partir da qual se modificam as relações de produção nos países dominados assegurando a reprodução da dependência (MARINI; SADER, 2000). Portanto, a dependência supõe apenas mais dependência para uma economia nacional, em escala de reprodução ampliada.

Para as teorias da dependência, em geral, o problema também se concentra na percepção de que um excedente é capturado dos países subdesenvolvidos pelos países capitalistas industriais, portanto, o país subdesenvolvido é empobrecido e não cresce porque também perde o

acesso ao seu excedente que poderia conduzir o desenvolvimento endógeno. Essa forma de apropriação provoca e perpetua as relações de desigualdades entre os países e dentro dos países subdesenvolvidos, com muita expressão.

Historicamente, a exploração e pilhagem sobre os redutos coloniais pelos países metropolitanos foi a causa inicial de acumulação primitiva e crescimento das nações imperialistas, e por outro lado, da desarticulação e estagnação colonial, sendo essa a dinâmica que culminou no subdesenvolvimento da atualidade, embora não assegure uma estreiteza causal determinante. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são considerados, na verdade, “fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade” (CARCANHOLO, 2008, 253), relacionados pela mesma dinâmica de acumulação a nível global.

As feições de uma economia dependente são normalmente caracterizadas, entre outras, por acentuada disparidade entre a produção interna e o consumo, produção subordinada às necessidades de acumulação do capital de países centrais, extrema especialização produtiva e forte dependência de crédito de países centrais e organismos financeiros internacionais. (EMMANUEL, 1969; MARINI, 1973; FRANK, 1980; SANTOS, 1971; BAMBIRRA, 2019 [1972]).

Principalmente após a década de 1940, as independências políticas formais permitiram, em tese, que as antigas colônias pudessem tentar se modernizar nas modalidades de atividades econômicas que foram legadas pelo colonialismo, mas a relação de dependência permaneceu vigorosa. As atividades produtivas centrais nas economias periféricas tenderam a permanecer atreladas ao controle dos monopólios dos países centrais, especialmente as corporações transnacionais, e as atividades menos importantes eram comumente deixadas sob o controle da soberania nacional, mas desarticuladas da economia mundial (AMIN, 1976), não impactando verdadeiramente o crescimento de capital nestes países.

Amin (1976) e Marini (1973) rejeitaram a minimização do papel das classes na apropriação de valor do excedente. Para esses autores, a extração e apropriação da mais-valia é realizada através de trocas desiguais entre esses países dominantes e dominados. Consideram que, como decorrência da equalização da taxa de lucro no mercado internacional, a transferência de mais-valia dos países capitalistas subdesenvolvidos para os industriais tem como base o acréscimo da exploração do trabalho, na forma de violação do valor da força de trabalho. Essa violação ocorre porque o trabalho é pago abaixo do seu valor o mesmo porque a força de trabalho é consumida pelo capital fora das condições normais, esgotando prematuramente a capacidade vital do trabalhador (LUCE, 2013).

Para Marini (1973), o subdesenvolvimento também persiste porque o desenvolvimento do capitalismo é circunscrito pelo tamanho do mercado internacional. Embora as economias industriais aumentem sua demanda de matérias-primas e produtos primários em geral, as economias exportadoras expressam uma resposta inversa a respeito da produtividade, que não será um fator prioritário, mas sim o incremento da exploração do trabalho. Dessa forma, se reduz a composição orgânica do valor da força de trabalho, enquanto se aumenta o das mercadorias, aumentando a taxa de mais-valia e lucro.

Em geral, nos países subdesenvolvidos, o papel da classe trabalhadora define que o produto do seu trabalho em valor seja exportado, portanto, não é estritamente necessário que esses trabalhadores se comportem como consumidores e sua remuneração pode ser rebaixada sem muitos entraves. Desse modo, os trabalhadores são superexplorados e podem estar sujeitos a

maiores pressões salariais diante da grande população do exercito de reserva. Como os salários dificilmente alcançam um nível aceitável para a reprodução da própria classe, o mercado interno não se amplia e a acumulação no país dependente se configura desarticulada com traços muito particulares. Na concepção de Marini (1973), as mercadorias exportadas dos países subdesenvolvidos são realizadas pelo consumo da classe trabalhadora nos países capitalistas industriais, o que exige que seus salários sejam mais altos, mas o subconsumo das periferias apenas fornece os meios pelos quais a apropriação acontece.

A economia exportadora, segundo Marini e Sader, (2000), significa algo mais que apenas a especialização produtiva, mas uma formação capitalista de produção que arrasta suas próprias contradições ao limite, recriando e reproduzindo ao seu modo relações de exploração específicas. Carcanholo (2008), a partir de Marini, coloca a superexploração do trabalho como a resposta periférica para o desenvolvimento capitalista nas regiões subdesenvolvidas, tendo como consequência o aprofundamento das mazelas sociais em face da distribuição regressiva da renda e riqueza nestas regiões.

Em síntese, a dependência, como pronunciada por seus principais teóricos, estabelece a determinação do desenvolvimento do subdesenvolvimento na periferia capitalista e sob formas particulares de circulação e reprodução. Os mecanismos de transferência de valor, ou ainda, de transferência da mais-valia em fluxos internacionais ocorre em razão de que o desenvolvimento dos países capitalistas centrais envolveu o surgimento de uma economia mundial e se constitui como mecanismo para explorar os países com baixo desenvolvimento das forças produtivas, limitando suas perspectivas de progresso.

Categorias de análise: quadro comparativo

Mesmo convencido que o cientista social é altamente influenciado pelo ambiente e interesses que o cercam, Myrdal demonstrou ser, em certa medida, uma exceção à regra, ainda que seu pensamento se localizasse numa posição intermediária em que valiam muitas premissas da ortodoxia econômica. Ainda empregando o termo subdesenvolvimento, avançou em relação ao próprio Prebisch de 1949 sobre a questão da assimetria na relação centro-periferia, dotando de maior complexidade e organicidade as forças internas e externas, econômicas e institucionais, que provocavam e reforçavam o fenômeno. Sua tese que a livre atuação de mercado é tendencialmente geradora de malefícios aos países menos desenvolvidos foi realmente além da compreensão cepalina, ressaltando ainda mais os efeitos perversos que o sistema econômico exercia sobre o que se entendia como atraso no desenvolvimento.

Tal como Myrdal, os teóricos da TMD foram acusados de não sustentar um status científico ou empirista em suas teorias. Contudo, ler as teorias da dependência dentro do escopo de uma teoria do subdesenvolvimento da periferia incorre ao possível equívoco de tentar propor testes formais que buscariam explicar as supostas leis dessa dinâmica relacional. Assim como existem condições gerais dentro do capitalismo que impactam todas as economias periféricas, é exatamente a diversidade dentro do padrão que delinea os processos históricos. Portanto, o esforço de análise deve ser orientado para a elaboração de conceitos capazes de explicar como as tendências gerais na expansão capitalista são modificadas em relações delimitadas, e a partir disso, como reagem às tendências gerais do sistema internacional.

A real atenção à formação do quadro conjuntural social e político em que ocorre ou não o

desenvolvimento é fundamental para o pensamento estratégico, em qualquer nível de elaboração, e para tanto, a Teoria Marxista da Dependência, assim como as observações de Myrdal a respeito da causação circular, integração e autonomia, ainda não foram aproveitadas em toda sua potencialidade conceitual ou mesmo em caráter de aperfeiçoamento, mantendo-se o rigor metodológico em seus espaços circunscritos.

Abaixo, como parte dos resultados desta discussão, delineamos um quadro teórico que busca posicionar Myrdal e Marini a partir e suas contribuições.

Quadro 1 GUNNAR MYRDAL e RUY MAURO MARINI: Conceitos-chave para desigualdades regionais/internacionais

Categoria de análise	MYRDAL	MARINI
Método	Estruturalismo/Institucionalismo	Materialismo Histórico-Dialético
Princípio de articulação das sociedades	Instituições	Modos de produção
Unidade de Análise	Subdesenvolvimento	Capitalismo sui generis
Problema na análise das desigualdades internacionais	Desequilíbrios regionais e a Causação Circular	Intercâmbio desigual e exploração do trabalho
Principais categorias analíticas	Spread e Backwash effects	Superexploração do trabalho; Subimperialismo
Proposições	Mercados regulados e efeitos propulsores	Socialismo internacionalista
Mecanismo de transformação social	Integração Regional Intervenções	Consciência de classe; integração regional
Visão do Estado	IMitigador das desigualdades regionais via forças de mercado; Propulsor de spread effects; Propositor de diretrizes para o planejamento nos países subdesenvolvidos	Reprodutor das contradições e da superestrutura do sistema capitalista

Fonte: elaboração dos autores.

Myrdal concebia o mercado internacional como um espaço de contato entre economias desiguais, mas enquanto para Myrdal isso provocaria o desequilíbrio, para Marini o desequilíbrio seria a condição necessária ao capitalismo central e à formação de um capitalismo *sui generis* dependente (MARINI;SADER, 2000). Esta condição busca explicar como o capitalismo não se nutre apenas do exterior ou da diferença em relação ao seu espaço hegemônico ou desenvolvido, mas abrange os outros espaços para que funcionem como componente fundamental a ele. As expressões distorcidas deste capitalismo maduro, mesmo quando parecem desvios aparentes, fazem parte de um mesmo projeto. É por essa razão que o desenvolvimento desigual do mundo, de tão subversiva constatação a partir de Myrdal na década de 1950 passa logo a ser insuficiente em seus diagnósticos através da compreensão dialética da totalidade com a crítica marxista da dependência.

Estado e desenvolvimento desigual: velhos e novos problemas

Da década de 1950 a 1960, o projeto de substituição de importações recomendado pela CEPAL para a América Latina demonstrava agravar os problemas de balança de pagamentos: os salários reais não se elevavam o suficiente para produzir o aumento da demanda efetiva e os grandes fluxos de êxodo rural agudizavam o desemprego em alguns países (SVAMPA, 2016). Enquanto a própria CEPAL modificava lentamente seu paradigma de desenvolvimento num contexto subdesenvolvido, voltada aos obstáculos, os pensadores dependentistas renovaram o fôlego na confirmação de suas expectativas a respeito das limitações da interpretação desenvolvimentista. Ficava mais evidente a contradição entre a necessidade burguesa de uma política econômica nacionalista, que se mostrou frágil durante períodos populistas ou ditatoriais, e a dependência estrutural consolidada nesses países. A própria existência da condição dependente inviabiliza o fortalecimento de uma burguesia industrial nacional de tal modo que não teremos, nessas economias, representantes autônomos de uma industrialização nacional, mas sempre o quadro de uma burguesia submissa.

Pelo fenômeno do neoliberalismo se compreende, além do consenso internacional sobre ajuste estrutural e privatização, também um modo de governança social e uma poderosa dinâmica política circulando e dominando em diferentes esferas da vida social. A crise do capitalismo em 2008 pareceu refletir um ápice no neoliberalismo no que tange aos efeitos que Myrdal identificava como fenômeno da desigualdade regional e antevendo uma dinâmica centro-periferia interna às áreas centrais do capitalismo global. O cenário rigoroso para economia expôs a fragilidade do receituário dos modelos de desenvolvimento em etapas de países centrais aos periféricos, que ao invés de fortalecer suas posições frente ao mercado, comprometiam o próprio avanço dos últimos, cujos governos também não tomam as medidas políticas adequadas para amenizar os efeitos deletérios (MOURA E SILVA, 2016).

Na América Latina, houve uma reação de corte progressista ao neoliberalismo no âmbito político a partir da década de 1990. Contudo, as políticas em nome do crescimento econômico e do enfrentamento às desigualdades não foram capazes de superar níveis profundos de disparidade social, ou subverter as estratificadas hierarquias estruturais.

A partir do início do século XXI, o embate entre projetos governamentais sugere uma crise para a hegemonia política do neoliberalismo, fortalecendo e tornando visíveis sujeitos plurais e aliados das esferas de decisão, como povos indígenas, populações pobres e trabalhadores.

Os governos com orientação progressista e o complexo sistema de reconhecimento social que os acompanharam, provocaram o debate sobre um novo processo de integração regional. As manifestações de integração pela via do consumo e da constituição de novas classes médias não alcançaram um confronto real com a violência estrutural ligada ainda sob o molde neoliberal e desenvolvimentista. Essa dinâmica forjou um estado de violência como característica intrínseca da própria cidadania, como espaço de conflito social diante do Estado. Para Marini, na América Latina o neoliberalismo se expressa como submissão dos Estados ao capitalismo central, de forma muito similar ao que foi imposto à região no nascente capitalismo do século XIX.

As experiências latinoamericanas indicam como o Estado desempenha um papel importante na construção de alternativas, mas não pode, invariavelmente, ser considerado como o agente estratégico exclusivo. Isso se explica porque os processos de transformação tendem a se esgotar numa centralidade insuficiente, quando não há modalidades de articulação para o desenvolvimento de novos sujeitos em outras esferas de reprodução e a configuração de um espaço político regional além da escala nacional. Sobre as incursões da política econômica keynesiana e neoliberal, Wood (1999) sugere, por exemplo, que se comportam como dois lados da mesma moeda, representando a mesma contradição posta no seio do capitalismo **contemporâneo**.

Para se compreender melhor a postura e as atribuições do Estado a partir das dinâmicas neoliberais, seria necessário uma robusta avaliação da escala global de processos e relações que perturbam as geografias políticas e econômicas já definidas. Emmanuel (1969) fornece relevantes bases históricas e sociológicas sobre fenômenos específicos, como a persistência da guerra de teor imperialista, as formações econômicas emergentes e algumas ponderações sobre uma transição de poder hegemônico mundial. A configuração do último, adquire um caráter com aparência pouco polarizada, e embora muitas operações contemporâneas do capital sejam caracterizadas por um alto nível de homogeneidade, as formas como atingem o campo do cotidiano ou do local são muito heterogêneas. As operações globais do capital e suas reações específicas são a base para análise das mudanças sobre o Estado, atores cruciais da conjuntura, mas incapazes de reivindicar alguma centralidade.

O Estado desenvolvimentista, por sua vez, se insere numa globalização da forma estatal que emergiu com o abafamento das lutas anticoloniais e com a instalação de padrões técnicos pelos quais o caminho do progresso poderia ser prescrito. Desta forma, o modelo de desenvolvimento foi impulsionado por imperativos de planejamento central e também por regimes regionais ou internacionais de reestruturação econômica e populismo político (GALBRAITH, 1991). A tentativa de reproduzir a força de trabalho sob a norma do trabalho assalariado livre foi interceptada pela presença de trabalhadores informais, trabalhadores móveis, formas de trabalho com coerção, bem como por tradições domésticas e divisões sexuais que não poderiam ser facilmente gerenciadas pelo modelo fordista. Somado a isso, o roteiro da acumulação primitiva nesses espaços não simplesmente seguia a narrativa de transição do trabalho agrário para o trabalho operário, formando uma pluralidade de populações excedentes que não se inseriram no padrão de reprodução.

A crise do Estado desenvolvimentista foi apanhada por ditaduras severas, supressão do poder político popular, projetos de ajuste estrutural e expressões ainda mais agudas de violência física, administrativa e econômica, até a emergência de novos enredamentos de capital e poder na década de 1980 (ARRIGHI, 1997). As novas perspectivas incluíam a aparição de políticas

mais flexíveis de domínio, arranjos territoriais heterogêneos e formas cada vez mais fluidas de mediação entre capital e Estado. Essas tendências não são mais limitadas pelos eixos geográficos hemisféricos invariavelmente, mas por distribuições espaciais mais complexas de poder e capitais, em que a superexploração do trabalho persiste como categoria estrutural à dependência, com suas sequelas de desemprego e elevação dos níveis de pobreza (MARINI, 1994).

Considerações finais

Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento humano é processo de alargar as escolhas humanas atribuindo maior destaque à riqueza da vida humana e não simplesmente à riqueza das economias”. Portanto, subtendendo-se que não existe cisão possível no campo das expectativas entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano, essa tarefa implica, para além do crescimento, o atendimento qualitativo das necessidades básicas e complementares e a redução da desigualdade, desemprego e pobreza.

Este movimento que envolve todo o corpo social, para Myrdal, também se relaciona com forças ideológicas e culturais.. Sua compreensão de desenvolvimento é, portanto, incompatível com a condição de superexploração dos trabalhadores, categoria de análise fundamental para a TMD e Marini, que explica o esgotamento da força de trabalho em contextos dependentes e a precarização das condições normais de reprodução.

Ambos apresentaram uma ruptura com o paradigma sobre o comércio internacional. A polarização do contato entre formações econômicas e sociais desiguais, especificamente a inversão dos spread e backwash effects, não se distancia totalmente, numa síntese mais generalista, das interpretações sobre os efeitos do intercâmbio desigual sustentadas por Marini, embora em seu conteúdo causal sejam muito distintas.

Enquanto Marini e os demais autores da Teoria Marxista da Dependência percebem os níveis desiguais de produtividade e de intensidade nacional do trabalho no mundo, e o movimento de apropriação de mais-valia a partir do mecanismo da transferência de valor enquanto parte de uma forma contrarrestante da queda da taxa geral de lucro, Myrdal confia sua análise a uma leitura mais moral da realidade, a partir de raízes institucionalistas para dar cabo dos desafios necessários em políticas econômicas para as regiões subdesenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. (1997). **A ilusão do desenvolvimento: Petrópolis: Vozes**, 2ª edição

AMIN, S. (1976). **O Desenvolvimento Desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária. 2ª edição

ARTER, D. (2013). **Scandinavian Politics Today. Manchester: Manchester University Press**, 2ª Edição.

- BÉNASSY, J.P. (2011) **Macroeconomic theory**. New York: Oxford University Press
- BAMBIRRA, V. (2019, [1972]). **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis, Editora Insular. 4ª edição
- BAMBIRRA, V. (1983). **Teoría de la Dependencia: una anticrítica**. Ciudad de México: Era.
- BRUE, S.L. (2011). **História do pensamento econômico**. São Paulo. Cengage Learning, 6ª edição
- BROLIN, J. (2007). **The Bias of the World: Theories of Unequal Exchange in History**. Lund Studies in Human Ecology Division. Suécia. Lund University.
- CARBAUGH, R. J. (2004). **Economia internacional**. São Paulo. Editora Thomson.
- CARCANHOLO, M.D.(2008). “**Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica**”. *Revista de Economia Contemporânea*. [online], vol.12, n.2, 247-272.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1977). **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 4ª edição
- EMMANUEL, A. (1969). **L'échange inégal**. Paris: Librairie François Maspéro.
- FRANK, A. G. (1971) **El desarrollo del subdesarrollo: Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología**. Barcelona: Cuadernos Anagrama.
- FRANK, A.G. (1980) **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo. Editora Brasiliense.
- FIGUEIREDO, A.M; COSTA, C. S. (2009). **Do subdesenvolvimento: vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito**. Antologia e Roteiro crítico. Porto. Edições CEAUP.
- FUJITA, N. (2007) “**Myrdal’s theory of Cumulative Causation**”. *Evolutionary and Institutional Economics Review*. vol. 3, n. 2, 275-283.
- GALBRAITH, J. K. (1991) **Historia de la economía. Barcelona**. Editora Ariel .8ª edição.
- LENIN, V. I. Prefácio. In: BUKHARIN, N. (1984). **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural.

- LENIN, V.I. (2011, [1917]). **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Série Navegando. Campinas: Unicamp
- LUCE, M. S. (2013) “**Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?**”. Trabalho, educação e saúde [online]. 2013, vol.11, n.1, pp.169-190.
- LUXEMBURGO, R. (1984). **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Tomo II. São Paulo. Editora Abril Cultural
- KEYNES, J. M. (1985 [1936]). **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Coleção Os Economistas, São Paulo: Editora Nova Cultural.
- MARINI, R.M.(1973) **Dialéctica de la dependencia**. México. Ediciones Era
- MARINI, R.M (1974, [1969]) . **Subdesarrollo y revolución**. México. Siglo XXI 5^a edição ampliada.
- MARINI, R.M; SADER, E. (2000). **Dialéctica da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis. Editora Vozes
- MARINI, R.M. (2012) “**A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo**”. Revista Outubro, Edição 20.
- MARX, K. (2013, [1867]). **O capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo.
- MOURA E SILVA, L. M. N. (2016) “**Metodologia de análise na teoria da dependência: da análise dos problemas latino-americanos ao desenvolvimento de propostas de intervenção**”. Revista InSURgência, Brasília, ano 2, vol.2, n.1.
- MOREIRA, S. B.; CRESPO, N. (2012). “**Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento**”. Revista de Economia, vol. 38, n. 2 (ano 36), 25-50. Editora UFPR.
- MYRDAL, G. (1944). **An American dilemma: the Negro problem and modern democracy**. New York: Harper.
- MYRDAL, G. (1956). **An international economy: problems and prospects**. New York: Harper.
- MYRDAL, G. (1960). **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro. MEC/ISEB

- MYRDAL, G. (1981). **The need for reforms in under-developed countries**. Peace studies, Seoul: Kyung Hee University Press.
- PUNTIGLIANO, A.; APPELQVIST, Ö. (2011). **“Prebisch and Myrdal: Development economics in the core and on the periphery”**. *Journal of Global History*, vol. 6(1), 29-52.
- PREBISCH, R.(1949). **“Desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”**. *Revista Brasileira de Economia*, n.3, p.47-109.
- RICARDO, D. (1982[1817].). **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os economistas”.
- SANTOS, T. (1971). **“O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina”**. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Perspectivas do Capitalismo Moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.185-236. (Biblioteca de Ciências Sociais)
- SOLOW, R. M. (1956) **“A contribution to the theory of economic growth”**. *The quarterly journal of economics*, vol. 70, n° 1, 65-94.
- SOUZA, N.J. (1993). **Desenvolvimento econômico**. São Paulo. Editora Atlas.
- SVAMPA, M. (2016). **DEBATES LATINO AMERICANOS** – indianismo, desarrollo, dependencia y populismo. Argentina: Ensayo EDHASA, [cap.2, Debates sobre el desarrollo, p.367-401].
- WALLERSTEIN, I. (2004). **“World-System Analysis”**. In: Modelski, G. (Org.). *World System History. Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)*. Oxford ,UK: Eolss Publishers.
- WOOD, E. (1999). **“The Politics of Capitalism”**. New York: Monthly Review Press, vol.51, n° 4.